

**Faculdade Canção Nova**

Thamyris Duarte Leal

**Banzo**

Um documentário audiovisual sobre novas narrativas negras decoloniais

Cachoeira Paulista

2020

# **Faculdade Canção Nova**

Thamyris Duarte Leal

## **Banzo**

Um documentário audiovisual sobre novas narrativas negras decoloniais

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação do curso de Rádio TV da Faculdade Canção Nova com a orientação do Professor Me. Thiago Vasquez Molina.

Cachoeira Paulista  
2020

## **DEDICATÓRIA**

Em memória de meus ancestrais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meus pais, Ronald e Cássia, por todo apoio e dedicação na manutenção dos meus estudos e ambições. Aos meus irmãos Thays, Thaysa e João Paulo pelo companheirismo e encorajamento. À minha avó Mauricéia, meus tios João Luiz, Luciene, Raquel e Márcio e aos meus primos, Caio Henrique, Juan e Nikolas. Ao meu companheiro Rodrigo por todo apoio, paciência e dedicação.

Agradeço às minhas amigas Maiara, Maria Paula e Isabela, por todo amparo emocional e acadêmico, carinho e referência. Ao meu orientador Thiago Molina, por me auxiliar nesse ciclo e por toda parceria. À todas as mulheres e homens negros que ajudaram a compor este trabalho, em especial Emilly, Leandra, Yasmin, Ariane, Ayla e Bianca. Ao Bruno e à equipe do Viana Filmes por todo suporte na construção do documentário.

O banzo renasce em mim.  
Do negror de meus oceanos  
a dor submerge revisitada  
esfolando-me a pele  
que se alevanta em sóis  
e luas marcantes  
de um tempo que está aqui.

*Conceição Evaristo*

## RESUMO

A novas narrativas negras decoloniais tentam ocupar espaço nos meios de comunicação com propósito de romper com o epistemicídio que, através do racismo estrutural, nega acessos às produções a povos não hegemônicos. Este trabalho tem como objetivo a produção de um documentário audiovisual sobre racismo estrutural, reconhecendo a existência do problema racial na sociedade brasileira, para desta forma propor processos de desconstrução do imaginário negativo do negro, rompendo com políticas de exclusão e construindo novas narrativas negras de caráter autoral. A metodologia adotada é a descritiva e qualitativa que indica o funcionamento de estruturas e mostra a efetiva existência do racismo estrutural na sociedade brasileira. Por fim, o presente trabalho apontou a relevância da democratização de discursos decoloniais no debate racial brasileiro.

Palavras-chave: Documentário audiovisual. Documentarismo etnográfico. Novas narrativas decoloniais. Racismo estrutural.

## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO .....	8
2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	9
2.1- OBJETIVOS.....	9
2.1.1- OBJETIVO GERAL .....	9
2.1.2- OBJETIVO ESPECÍFICO .....	9
2.2- JUSTIFICATIVA .....	10
2.3 - METODOLOGIA.....	11
3 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1- GÊNERO DOCUMENTÁRIO .....	12
3.1.2- CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTÁRIO .....	12
3.1.3- DOCUMENTÁRIO REFLEXIVO-POÉTICO .....	13
3.1.4 - O DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO .....	15
4 - O AUDIOVISUAL COMO AMPLIFICADOR DE NARRATIVAS.....	17
5 – COMPREENDENDO O CONTEXTO HISTÓRICO .....	21
5. 1 – O MOVIMENTO EUGENISTA E A MISCIGENAÇÃO .....	23
6 – O RACISMO NAS ESTRUTURAS BRASILEIRAS .....	25
7 - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.....	27
8 - DESCRIÇÃO DE PRODUTO.....	30
9 - DESCRIÇÃO DE PROCESSO DE CRIAÇÃO .....	31
10 - SINOPSE.....	33
11 – ROTEIRO INTERATIVO .....	34
12 - ORÇAMENTO.....	35
12.1 - ORÇAMENTO IDEAL.....	35
12.1.2- ORÇAMENTO REAL.....	36
13 – PÚBLICO-ALVO .....	37
14 – VIABILIDADE DE EXIBIÇÃO .....	37
15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	38
ANEXOS.....	43

## 1 - INTRODUÇÃO

As produções e saberes de grupos não hegemônicos carecem de espaço na construção dos debates que envolvam as dinâmicas sociais brasileiras. O racismo estrutural contribui com a subalternização de indivíduos negros em diversas áreas do tecido social e com o apagamento sistêmico dessas produções não hegemônicas. Romper com o epistemicídio passa fundamentalmente, pela manutenção e pelo acesso desses grupos à construção de novas narrativas.

O presente trabalho tem como objetivo geral produzir um documentário audiovisual sobre racismo estrutural, tendo como ponto de partida o reconhecimento da existência do problema racial na sociedade brasileira. Com base na pesquisa previamente levantada, pretende-se apresentar uma abordagem decolonial sobre os discursos e produções midiáticas.

A metodologia adotada é a descritiva e qualitativa construída sobre uma revisão bibliográfica apresentada no referencial teórico; além da análise documental e estatística sobre o cenário de racismo estrutural no contexto brasileiro.

A primeira parte do relatório deste trabalho se empenha em apresentar as características e possibilidades do gênero documentário, bem como fundamenta o potencial do gênero em questão na democratização de acessos e na produção de novas formas de discurso decoloniais. Em um segundo momento, traça um panorama histórico do processo de escravização e dos pós abolição no Brasil, bem como explana sobre alguns conceitos imprescindíveis para a compreensão efetiva do debate racial.

O produto audiovisual se empenha em trazer narrativas de indivíduos negros inseridos em diversos contextos da sociedade brasileira. A produção trará ainda uma perspectiva poética sobre os processos de atravessamentos do racismo, como tentativa de ressignificar o olhar do espectador sobre como este fenômeno perpassa corpos negros.

## 2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 2.1- OBJETIVOS

#### 2.1.1- OBJETIVO GERAL

- Produzir um documentário audiovisual sobre racismo estrutural.

#### 2.1.2- OBJETIVO ESPECÍFICO

- reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira através de entrevistas com especialistas;
- apresentar novas narrativas negras de caráter autoral;
- propor processos de desconstrução do imaginário negativo do negro, rompendo com políticas de exclusão, a partir de um protagonismo negro nesta produção audiovisual;

## 2.2-JUSTIFICATIVA

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão pela Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888 – a conhecida Lei Áurea. Os ex-escravizados, uma vez livres, não receberam quaisquer tipos de indenizações, tendo que construir as vidas na sociedade por conta e risco próprios. Hoje, percebe-se que muitos problemas sócio-raciais são reflexos dessa herança histórica escravista, que deixou como resultado um racismo arraigado nas estruturas sociais brasileiras. Como consequência desse processo, as produções de grupos não hegemônicos sofreram com o apagamento de suas narrativas, tendo suas histórias contadas a partir da perspectiva hegemônica. Dessa forma, este trabalho se justifica a partir da importância de refletir e induzir o debate acerca das dinâmicas raciais pela perspectiva negra, construindo assim, novas narrativas decoloniais.

Ao fazer parte da sociedade brasileira como mulher negra, enxergo a extrema relevância desse trabalho ao abordar o problema racial no país, tendo em vista que, todos os dias, essa pauta atinge aos meus e a mim, direta ou indiretamente. Como profissional de comunicação em potencial exercício da profissão, tenho urgência em produzir novas formas de discurso que me representem. Como filha, neta, sobrinha, prima, companheira, irmã e amiga, utilizo essa produção acadêmica como ferramenta de reparação histórica aos meus ancestrais. E, ao me reunir à fala de Angela Davis, em sua visita ao Brasil em 2017, no Curso Internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas”, “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Apesar das bases acadêmicas em Psicologia, Sociologia, História e Antropologia serem vastas, as novas narrativas audiovisuais carecem de produções com embasamento de dados e fatos, dentro do presente tema. Portanto, comprometo-me a retirar a discussão do campo das ideias e do contexto bibliográfico e inseri-la em um novo formato mais abrangente e inclusivo, alcançando aqueles que não têm acesso ao campo acadêmico e/ou a literaturas.

### **2.3 -METODOLOGIA**

O presente trabalho é desenvolvido sobre a perspectiva descritiva com o objetivo de realizar uma análise detalhada de como o racismo estrutural se manifesta na sociedade brasileira. A abordagem escolhida foi qualitativa, que indica o funcionamento de estruturas e mostra a efetiva existência do racismo estrutural através de percepções e análises.

Para o estudo ser possível, a princípio houve um levantamento bibliográfico sobre o fenômeno do racismo estrutural, bem como teorias de reflexão sobre a educação antirracista e a adoção dessa prática em atitudes cotidianas entre os agentes e vítimas do racismo. Nesse sentido, o trabalho é construído com a contribuição de autores como Ribeiro (2019), Nascimento (1978) e Almeida (2018), que norteiam o referencial teórico deste trabalho.

Foi necessária ainda uma análise documental e estatística a partir de dados levantados por institutos de pesquisa como o Atlas da Violência de 2019, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, CPI do Assassinato de Jovens divulgada pelo Senado em 2016 e o Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional, realizado pela ONU Mulheres. Como o presente trabalho tem como objetivo geral a produção de um documentário audiovisual, também foram analisados alguns materiais jornalísticos e programações televisivas da TV brasileira para a coleta de dados.

Para a realização do documentário, serão utilizadas entrevistas com abordagem qualitativa, ou seja, perguntas abertas em que o personagem explique e relate sobre seu ponto de vista profissional e vivências como indivíduo negro. Os entrevistados serão recrutados com base na identificação da raça negra, em sua autoridade, em debates raciais e no embasamento de uma camada específica da estrutura social, seja ela na área da saúde, política, economia, tecnologia, segurança, entre outras.

### 3 - REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1- GÊNERO DOCUMENTÁRIO

##### 3.1.2- CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTÁRIO

O gênero documentário surge no fim dos anos vinte e se divide em duas principais categorias: o cinema de ficção e o cinema de realidade. Enquanto o primeiro tem um caráter mais estético, o segundo “procura manter uma relação de grande proximidade com a realidade” (Melo, 2013, p.25), embora um filme de ficção possa se valer de algumas características do documentário, sem esvaziar-se de sua classificação ficcional. Melo destaca três características principais sobre o gênero, sendo uma fixa e duas flutuantes: a principal é caráter o autoral, a segunda é o discurso sobre o real e a terceira é o registro *in loco*, que juntas dão ao documentário características particulares que nos fazem apreendê-lo como tal. A autora enfatiza o caráter livre que o gênero pressupõe e que dificilmente é encontrado em outros gêneros audiovisuais.

Quanto ao registro *in loco*, ressalta-se que o documentário deve, o máximo possível, apresentar todas as evidências factuais em seu contexto original. No entanto, se por qualquer motivo o documentarista não consegue filmar um acontecimento no momento em que ocorre ou habitualmente ocorre, ele pode usar imagens de arquivo (documento histórico), fazer uso da reconstituição (recurso legitimado pela escola de Grierson), voltar ao local dos acontecimentos ocorridos no passado ou utilizar depoimentos das pessoas envolvidas, numa tentativa de se aproximar do ocorrido. Ou seja, não é obrigatório o documentarista colocar-se no terreno do acontecimento "aqui e agora" (MELO, 2013, p.27)

Outro gênero que atenua o documentário por seu caráter realista é o jornalístico, uma vez que ambos se agarram ao máximo aos discursos e acontecimentos reais. Porém, enquanto o jornalismo busca um efeito de objetividade ao transmitir as informações, no documentário predomina um efeito de subjetividade, evidenciado por uma maneira particular do autor/diretor contar a sua história.

Ao contrário do que ocorre com os gêneros jornalísticos, nos quais se busca uma suposta neutralidade ou imparcialidade, no documentário a parcialidade é bem-vinda. O documentário é um gênero fortemente marcado pelo "olhar" do diretor sobre seu objeto. O documentarista não precisa camuflar a sua própria subjetividade ao narrar um fato. Ele pode opinar, tomar partido, se expor, deixando claro para o espectador qual o ponto de vista que defende. Esse privilégio não é concedido ao repórter, sob pena de ser considerado parcial, tendencioso e, em última instância, de manipular a notícia (MELO, 2013, p.29)

No entanto, o documentário tem seu caráter ético, “que compõe o horizonte a partir do qual cineasta e espectador debatem-se e estabelecem sua interação, na

experiência da imagem-câmera/som conforme constituída no corpo-a-corpo com o mundo” (Ramos, 2008, p.33). Para John Grierson, em entrevista à TV Cultura, “o documentário é o tratamento criativo da realidade considerado um dos pioneiros do cinema documental e pode se valer de vários formatos, estilos e recursos de linguagens”. Um desses é o uso de depoimentos, que pode ser feito com especialistas ou personagens envolvidos no objeto abordado como forma de defender a mensagem que se deseja passar na obra. Outro recurso é o das entrevistas, que conta uma história a partir do ponto de vista dos entrevistados. Vale salientar que numa mesma obra pode haver pontos de vista divergentes entre dois ou mais entrevistados e trazer ainda o caráter educativo na finalidade de educar a sociedade sobre determinado objeto. O documentário pode, portanto, nascer de uma demanda ou necessidade.

O gênero documentário é uma forma de expressão que tem como objeto, acontecimentos ou sistemas da sociedade. Para Nichols (2005), cada documentário tem sua voz distinta marcada pela individualidade do cineasta ou diretor, que funciona como uma impressão digital. Essas individualidades caracterizam-se em subgêneros dentro do documentário.

O autor destaca os documentários de modo poético, que “ênfatisa mais o estado de ânimo, o tom e o afeto do que as demonstrações de conhecimento ou ações persuasivas”(NICHOLS, 2005, p.138); o modo expositivo, que “agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética” (NICHOLS, 2005, p.142); o modo observativo, que propõe a “observação espontânea da experiência vivida” (NICHOLS, 2005, p. 147); o modo participativo, em que o cineasta participa ativamente das experiências vividas tornando-se um ator social; o modo reflexivo, que chama a atenção para problemas e tenta levar o espectador a uma reflexão; e o modo performático, que além de indagar o que é o conhecimento, “tenta demonstrar como o conhecimento material propicia o acesso a uma compreensão dos processos mais gerais” (NICHOLS, 2005, p. 169). Aqui, vamos nos ater ao modo reflexivo e ao modo poético, uma vez que estes se adequam melhor à proposta de discussão e da proposta narrativa que este trabalho se propõe.

### 3.1.3- DOCUMENTÁRIO REFLEXIVO-POÉTICO

O documentário de modo reflexivo tem como foco da atenção a troca entre cineasta e espectador (NICHOLS, 2005). Nesse gênero de documentário é comum a equipe e os equipamentos ajudarem a compor as cenas, pois ele olha para seu próprio

processo de construção. “Esses filmes tentam aumentar nossa consciência dos problemas da representação do outro, assim como tentam nos convencer da autenticidade ou da veracidade da própria representação” (NICHOLS, 2005, p.164). Além de seu aspecto realista, o gênero tenta romper com convenções sociais e levar o espectador a um questionamento sobre as mesmas, tanto em uma abordagem formal quanto política.

Como estratégia formal, transformar o familiar em estranho lembra-nos de que maneira o documentário funciona como um gênero cinematográfico cujas afirmações a respeito do mundo talvez recebamos de maneira muito descuidada. Como estratégia política, ele nos lembra de como a sociedade funciona de acordo com convenções e códigos que talvez achemos naturais com muita facilidade. (NICHOLS, 2005, p.167)

No presente trabalho, o modelo reflexivo se apresenta na tentativa de “produzir uma consciência mais elevada”, como diz Nichols (2005), acerca da discriminação e do racismo estrutural sofridos pela população negra na sociedade brasileira, levando o espectador a refletir sobre a maneira que nossa sociedade foi construída para a manutenção do racismo e a ampliar o debate racial a partir de uma perspectiva decolonial.

O documentário poético, por outro lado, não se esforça necessariamente em construir um argumento ou uma narrativa presa a uma linha cronológica. Busca construir uma perspectiva estética, plástica e visual, que sobrepõe um discurso verbal, com o objetivo de causar impacto sentimental e sensorial no espectador. Para Nichols (2005), o modo poético tem muitas facetas que enfatizam a voz que o cineasta dá a fragmentos do mundo que compõe a estética de um filme.

O modo poético sacrifica as convenções da montagem em continuidade, e a ideia de localização muito específica no tempo e no espaço derivada dela, para explorar associações e padrões que envolvam ritmos temporais e justaposições espaciais (...) O modo poético é particularmente hábil em possibilitar formas alternativas de conhecimento para transferir informações diretamente, dar prosseguimento a um argumento ou ponto de vista específico ou apresentar proposições sobre problemas que necessitam de soluções. (NICHOLS, 2005, p.138)

No presente trabalho, o caráter poético do documentário se traduz nas imagens de inserts que tentam passar uma perspectiva sentimental e subjetiva do indivíduo negro, bem como as emoções características do atravessamento do racismo. A dinâmica entre as entrevistas dos atores sociais e os inserts rompe com a montagem convencional do documentário, levando o espectador a refletir sobre os argumentos levantados nas entrevistas, enquanto é imerso nas sensações que se tentam passar na

plástica das imagens apresentadas. Desta forma, o documentário se caracteriza no gênero reflexivo-poético, marcado por essa dinâmica que deseja levar o espectador a refletir sobre o tema abordado e ao mesmo tempo o convida a adentrar o eu lírico em um caráter subjetivo e sentimental.

Uma vez que o caráter reflexivo presente neste trabalho se dá através das perspectivas e reivindicações de um grupo que luta por novas formas de discurso e sobretudo pela garantia de seus direitos, e ainda, na tentativa de compreender um pouco melhor o papel do documentário no contexto de reflexão e democratização de narrativas, outro conceito que surge é o do documentário etnográfico.

### 3.1.4 - O DOCUMENTÁRIO ETNOGRÁFICO

A fusão da pesquisa de campo antropológica com o cinema resultou no filme etnográfico, que tem como objetivo investigar diferentes aspectos das sociedades humanas. O cenário de surgimento da antropologia concomitante ao momento de desenvolvimento do cinema, no final do século XIX e início do século XX, foi propício para o surgimento desta categoria de cinema. Porém, apesar de surgirem na mesma época, “ambos se desenvolvem de forma independente e só começam a apresentar certa maturidade a partir de 1920” (COELHO, 2009, p.2). Jean Rouch, cineasta francês referência no cinema aliada à pesquisa de campo, aponta Dziga Vertov e Robert Flaherty como os pioneiros do filme etnográfico. Bill Nichols, teórico do gênero documentário, também aponta a obra de Robert Flaherty, *Nanook of the north*, de 1922, em que o autor se insere no cotidiano de um esquimó no ártico canadense.

Determinar qual foi o primeiro registro cinematográfico com interesses científicos e etnográficos é difícil e polêmico. Para alguns autores, como Pierre Jordan no texto “Primeiros contatos, primeiros olhares” (1995), “os primeiros filmes etnográficos, pensados como documentação audiovisual para a pesquisa de campo”, foram os realizados pelo zoólogo Alfred Cort Haddon durante uma expedição da Universidade de Cambridge para documentar a cultura dos aborígenes das Ilhas do Estreito de Torres, entre a Austrália e a Nova Guiné. (COELHO, 2009)

No início dos filmes etnográficos, as filmagens e fotografias eram utilizadas pelos antropólogos com a finalidade de registrar e documentar visualmente os povos exóticos estudados por eles. “A clássica relação entre observador e observado presente na antropologia, com a câmera de Rouch ganha uma outra dimensão. Quem filma (observador) e quem está sendo filmado (observado) constroem e investigam juntos e ao

mesmo tempo” (COELHO, 2009, p.5). Algumas correntes, como a anglo-saxônica, acreditam que esta forma de fazer documentário é feita por um antropólogo. “Os antropólogos acompanham os cineastas e os orientam sobre o que filmar para ilustrar o resultado de suas pesquisas sobre algum tema em relação àquela sociedade” (MacDougall, 2007, P.2). Já outras correntes, como a francofônica, acreditam que o cerne do filme está em registrar um povo. Para MacDougall (2007, p.2), “na tradição francofônica, particularmente os filmes de Jean Rouch, prevalece a idéia de usar a câmera enquanto instrumento de investigação e como parte do processo de construção de conhecimento sobre os sujeitos”. Mas há ainda uma terceira corrente que acredita que a forma mais verídica de se fazer documentários etnográficos é a partir da participação dos próprios povos ou sociedades.

“Durante muitos anos, antropólogos fizeram filmes sobre outras pessoas e contestaram as produções do tipo identitárias, representações que pessoas realizam sobre elas mesmas” (MacDougall, 2007, p.5). Contudo, os documentários etnográficos produzidos por povos étnicos, antes identificados apenas como objeto de estudo, passam a ser reconhecidos como forma autêntica de produção cultural e posteriormente, ganham um caráter ainda mais ativo no auxílio da manutenção de sua cultura, na democratização de narrativas e como ferramenta política de reivindicação de seus direitos e valorização de sua identidade. É o caso do projeto “Vídeo nas Aldeias”, que formou diretores indígenas que passaram a contar suas próprias histórias através do audiovisual.

Com o projeto “Vídeo nas aldeias”, foram produzidos documentários e etno-ficções dos mais variados tipos: registros de rituais, fruto da parceria entre os índios e o projeto; registros de conflitos contra invasões e pela demarcação de terras; séries para a televisão educativa e o ensino fundamental; além dos filmes produzidos no decorrer das oficinas de capacitação e das chamadas vídeo-cartas. Esta última merece especial atenção devido a sua originalidade. Trata-se de produções feitas pelos índios e enviadas a outras aldeias como uma carta. Lá o filme é exibido e se inicia uma produção para ser enviada como resposta. Um diálogo inter-étnico rico e diversificado. (COELHO, 2009)

O presente trabalho se inspira no documentário etnográfico no que diz respeito às tentativas de manutenção de identidades e democratização de narrativas a partir da visão autoral. Melo (2013, p. 1) afirma que “a marca característica do documentário é seu caráter autoral, definido como uma construção singular da realidade, um ponto de vista particular do documentarista em relação ao que é retratado.” Uma vez que uma produção, que tenha como objeto um povo étnico e suas dinâmicas sociais, é retratada a partir de um ponto de vista que é atravessado por essas mesmas dinâmicas sociais, a subjetividade autoral rompe com preconceitos e apresenta uma nova narrativa mais autêntica.

#### 4 - O AUDIOVISUAL COMO AMPLIFICADOR DE NARRATIVAS

A internet ajudou na democratização da propagação de informações através dos meios de comunicação. Atualmente, muitos produtores de conteúdo se dedicam a difundir conceitos sobre a temática racial do país a partir de blogs, portais, canais no Youtube e outras redes sociais. Além disso, coletivos do movimento negro se empenham em montar verdadeiros acervos de bibliografias em plataformas online, com a tecnologia de *Cloud Computing*, que permite armazenar, compartilhar e visualizar documentos por meio da internet.

Alguns veículos midiáticos, nativos digitais, se destacam por serem referências quando o assunto é educação antirracista. Um deles é o Portal Geledés<sup>1</sup>, organizado pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988, uma das maiores ONGs de política de mulheres negras do Brasil com várias campanhas e ações significativas contra o racismo. Outro veículo é a agência de jornalismo especializado na temática racial do Brasil, o Alma Preta Jornalismo<sup>2</sup>. Criado em 2015 por um grupo de jovens comunicadores da UNESP, o site do Alma Preta envolve reportagens, coberturas, colunas, análises, produções audiovisuais, ilustrações e divulgação de eventos da comunidade afro-brasileira. Ademais, produtores de conteúdo digitais se dedicam, entre outras coisas, a normatizar a vida de indivíduos negros produzindo conteúdo para além das pautas raciais.

Essa superação se dá mediante a publicização da questão racial como um direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobranças do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, arte, entre outros (GOMES, 2017, 94).

Porém, a atuação midiática de veículos dedicados às pautas raciais do país não começou com a internet. Pelo contrário, ela vem resistindo há longos anos, mesmo com tantos desafios. Ribeiro (2019, p.64) afirma que “o apagamento da produção e dos saberes negros e anticoloniais contribuiu significativamente para a pobreza do debate público, seja na academia, na mídia ou em palanques políticos”.

A imprensa negra paulista, com suas diferentes perspectivas pode ser considerada como produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra... Os jornais tinham um papel

---

<sup>1</sup> Disponível em:< <https://www.geledes.org.br/>>.

<sup>2</sup> Disponível em:< <https://almapreta.com/>>.

educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época. (GOMES, 2019, p.29)

Para Souza (2017), os meios de comunicação de massa são responsáveis por distribuir conhecimento. Visto que a mídia faz parte da estrutura, uma vez que a estrutura é racista, as ideologias e crenças difundidas pelos meios de comunicação de alguma forma também o são.

Um infográfico<sup>3</sup> publicado pelo Manchetômetro, site de acompanhamento da grande mídia de iniciativa do Laboratório de Mídia e Esfera Pública do Iesp-Uerj, criou um paralelo entre raça/cor e gênero e os colunistas dos jornais Folha de São Paulo, Estadão e O Globo, que são os três jornais impressos com maior circulação no país. O infográfico comprova que os negros são sub-representados entre os colunistas da grande mídia. Apenas 2% no Estadão, 4% na Folha de São Paulo e 10% no O Globo são compostos de colunistas negros.

“O debate sobre racismo se mostra urgente quando falamos de mídia e de acessos a recursos para produções audiovisuais” (RIBEIRO, 2019, p.73), uma vez que outras vozes precisam ser ouvidas e outras narrativas precisam de espaço. Contudo, esse debate deve estar inserido não só na internet como nos meios de comunicação de massa, televisão, rádio, cinema, revistas e jornais, pois a educação antirracista, para ser disseminada com eficácia, precisa se valer desses meios, de ponta a ponta. Precisa-se de indivíduos negros atrás e na frente das câmeras, consumindo e produzindo conteúdos – não só sobre temas raciais, mas como diversos outros. Não só para debater sobre o racismo que os atravessa, mas para falar como indivíduos que têm suas vivências para além de corpos negros. Para Araújo (2020), há uma emergência profissional em várias áreas e uma delas é no campo audiovisual.

Partindo do pressuposto que as emissoras de caráter público que formam a TV Brasil contam com grande alcance na relação com seu público e participam de maneira ativa na formação e manutenção das identidades regionais, faz-se importante estudar o seu comportamento político na construção das identidades nacionais e disseminação dos princípios dos direitos humanos frente ao seu público consumidor, uma vez que a televisão é uma ferramenta de educação e entretenimento que deve ser usada para

---

<sup>3</sup> Marcia Candido, Lidiane Vieira e João Feres Jr., “Infográfico: negros nos jornais brasileiros”. Manchetômetro, 20 novembro 2019. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/infograficos/2019/11/20/negros-nos-jornais-brasileiros/>>. Acessado em: 28 de junho de 2020.

reforçar estes princípios e promover o respeito às diferenças. (SANTOS, 2018, p.37)

Essa urgência também se estende à forma como a figura negra é representada na frente das lentes, pois existe “um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação” (BORGES e BORGES, 2012, p.186). Quando a figura negra é retratada a partir do local “do outro” corre-se o risco dessa representação ser incutida de estereótipos. Não é incomum que atores e atrizes negras tenham seus currículos marcados por personagens estereotipados que reforçam a subalternização do indivíduo negro e o imaginário racista. “Desse modo, pensar nas representações do negro nesse campo é tarefa urgente para a construção de novos códigos identitários que recobrem fatias expressivas da população” (BORGES e BORGES, 2012, p. 186). Em suma, é necessário pensar em formas de democratizar os discursos e produções midiáticas, para desta forma, alcançar novas narrativas mais horizontais e heterogêneas.

O filme “Kbela”, roteirizado e dirigido por Yasmin Thayná, na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, captura a experiência do racismo vivido cotidianamente por mulheres negras e o resgate de sua ancestralidade através do cabelo crespo. A obra, premiada como Melhor Curta-metragem da Diáspora Africana pela Academia Africana de Cinema (AMAA Awards 2017) e convidado para festivais ao redor do mundo, como o Festival Internacional de Cinema de Roterdã (IFFR, 2017) e FESPACO – Festival Panafricano de Cinema e Televisão de Ouagadougou, em Burkina Faso, surge pela necessidade de novas narrativas que abordassem a realidade brasileira a partir da perspectiva da Baixada. Desta forma, o personagem periférico presente anteriormente à frente das câmeras, toma uma nova postura na construção de sentidos e narrativas.

Porém, esse protagonismo tem sido construído, muitas vezes, com a ajuda das próprias comunidades, uma vez que os acessos da população periférica e negra à meios de produção audiovisual e cinematográfica são escassos. O filme “Kbela” por exemplo, contou com a colaboração de 117 pessoas para custear os gastos do filme. Além da falta de acesso a recursos e equipamentos audiovisuais, negros também são subnotificados no reconhecimento de suas produções. O Boletim GEEMA 4: “Raça e gênero no “grande prêmio do cinema brasileiro” (2002-2007)<sup>4</sup> realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, analisa a diversidade de “raça e gênero ao longo dos 15 anos do Grande Prêmio

---

<sup>4</sup> Disponível em:< <http://gema.iesp.uerj.br/boletins/boletim-gema-4/>>.

de Cinema Brasileiro, organizado pela Academia Brasileira de Cinema”. Durante seus anos de realização, apenas um cineasta negro foi indicado à premiação de melhor diretor. Entre os indicados da categoria de melhor documentário, apenas 1% era composto por mulheres negras e 4,1% composto por homens negros, porém, nenhum deles foi premiado.

Diante da realidade brasileira, em que há um elevado grau de analfabetismo e baixo poder aquisitivo da maioria da população, o acesso à cultura e ao conhecimento, de um modo geral, torna-se ‘privilégio’ de poucos. A percepção dos acontecimentos da sociedade como um todo, provém, principalmente, dos meios de comunicação de massa. (FAGUNDES; ZANDONADE, 2003)

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, o Brasil tem 11 milhões de analfabetos. Dentre aqueles com 15 ou mais anos de idade, pretos e pardos concentram 9,1% dos analfabetos, enquanto a taxa entre brancos é de 3,9%, segundo o IBGE. Embora os debates raciais do país tenham sido expandidos pelas tecnologias digitais, que de certo modo democratizou o acesso à informação, o tema ainda carece de visibilidade na mídia convencional e em outros formatos e gêneros narrativos do audiovisual. São poucos os roteiristas, produtores e diretores negros que documentam suas realidades dentro e fora das periferias, abordando raça ou tantos outros temas que a comunidade negra vive e produz. Essas produções são importantes para a construção de um debate mais inclusivo e abrangente, tendo em vista novamente, o contexto social brasileiro marcado por desigualdades de classe e cor.

Neste sentido, o gênero documental se mostra um potencial e forte aliado no que diz respeito às temáticas raciais no país, uma vez que ele retrata o recorte de uma realidade específica através da perspectiva de quem o produz. Além disso, o gênero em questão contempla diversas possibilidades discursivas e estéticas em seus sub-gêneros, demonstrando uma flexibilidade de adequação às, também inúmeras, narrativas existentes, sejam elas construídas através do poético ou do participativo. Uma vez que a sociedade atual é imagética e a mídia auxilia, com grande influência, as percepções individuais e coletivas da sociedade, pensar produções feitas por negros de ponta a ponta (na produção, roteiro, criação, atuação e direção), é introduzir a discussão sobre preconceito e representatividade de forma ampla e coletiva na sociedade.

## 5 – COMPREENDENDO O CONTEXTO HISTÓRICO

A pesquisa internacional “The Trans-Atlantic Slave Trade Database<sup>5</sup>”, constatou que durante três séculos, navios portugueses ou brasileiros embarcaram escravos em quase 90 portos africanos, somando mais de 11,4 mil viagens negreiras. Dessas, 9,2 mil desembarcaram no Brasil. A pesquisa estima que 1.700.000 escravizados trazidos da África, desembarcaram na Bahia e 200 mil morreram durante a travessia, já que eram trazidos de forma miserável e desumana. Porém, em entrevista, o mestre em história e cultura pela Universidade Severino Sombra, Adelci dos Santos, contesta esses números apresentados pela pesquisa e diz que “calcula-se que, na verdade, algo em torno de 4.000.000 de escravizados tenham sido trazidos para o Brasil.”

Segundo o *Institute for Cultural Diplomacy*<sup>6</sup>, que reúne um banco de dados da diáspora africana pelo mundo, o Brasil é o país que abriga a maior concentração da população negra, fora de África. Estima-se que esse número chegue a 85.783.143 membros.

Os mecanismos utilizados na diáspora de africanos escravizados pela colônia portuguesa foram atroz. Mas como essas dinâmicas se estenderam às terras brasileiras? Como essas mesmas dinâmicas interferiram no cotidiano desses indivíduos, uma vez instalados no Brasil? E ainda, como essas dinâmicas ajudaram a construir as bases da sociedade em que vivemos hoje?

Segundo Abdias Nascimento (1998, p.49), “o africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a nexão e a quebra da sua espinha dorsal... Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca.” Uma vez raptados e traficados, foram submetidos à importante missão de construir um país com a força de seus braços, até o último suspiro de vida.

Outro elemento básico na construção da individualidade também foi negado aos escravizados: a alma. E foi a partir desta “não alma” que um importante aspecto no processo mitigatório de sua identidade entre em cena: a religião. “Para manter uma completa submissão do africano o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas acorrentar também seu espírito” (NASCIMENTO, 1978,

---

<sup>5</sup> Slave Voyages - The Trans Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:<<https://www.slavevoyages.org/voyage/database>>. Acesso em 02 maio 2020.

<sup>6</sup> Institute for Cultural Diplomacy. Disponível em:<<http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en>>. Acesso em 02 maio 2020.

p.109). Eles sofreram, desta vez, a partir da via da fé um esvaziamento cultural, já que lhes foi negada a manutenção de suas instituições culturais e religiosas.

Apesar da atual Constituição brasileira garantir o caráter laico ao país, assegurando “o livre exercício dos cultos religiosos” e garantir, “a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” no Art. 5º, inciso VI da Constituição brasileira, não são poucos os registros de ataques às religiões de matrizes africanas no país. Sendo religiões como Umbanda e Candomblé, os alvos de 59% dos ataques de intolerância religiosa recebidos pelo Governo Federal, entre 2011 e o primeiro semestre de 2018, segundo dados do Disque 100 acessados pela Gênero e Número e pelo DataLabe<sup>7</sup>.

Diferentemente da dinâmica dos EUA, onde a religião cristã foi uma aliada do movimento pelos direitos civis (Martin Luther King, importante personagem na luta pelos direitos civis nos EUA era um pastor batista), no Brasil a história foi outra. A cultura africana, bem como sua expressão, foi perseguida social e politicamente. As leis de criminalização dos capoeiras, “vadiagem”(Código penal de 1890 - Decreto 847 - Art. 402), batucadas e curandeirismo (Art. 157 e 158 do Código Penal de 1890), foram uma tentativa política de apagamento da expressão da cultura africana. Os estudos de história e cultura afro-brasileira só se tornaram obrigatórios nos currículos de escolas públicas e particulares a partir de 2003, com a Lei 10.639/0.

A manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca tiveram reconhecimento no Brasil, desde a fundação colônia, quando os africanos e suas culturas chegaram ao solo americano. (NASCIMENTO, 1978)

O processo de hegemonia branca e o aculturamento da negritude no Brasil começam a ganhar uma nova roupagem. Antes, os mecanismos que acometiam o esvaziamento da cultura negra no país eram através da escravidão. Uma vez escravizado, o africano era afastado de tudo o que compunha sua herança e identidade cultural. Agora livres, o racismo e aculturamento se empenham em embranquecer o negro da diáspora africana, usando de uma percepção errônea do que é ser negro no Brasil, tirando dele um senso de coletividade negra, principalmente através da mídia. Se o indivíduo negro não se sente pertencente a essa coletividade, não há nele a urgência de luta e de reivindicação de direitos para seu povo, contribuindo para a manutenção das estruturas racistas.

---

<sup>7</sup> TÁVORA, Fernanda; SOUZA, Jordan; LIRA, Pedro; SILVA, Vitória Regina, “Terreiros na mira”. Gênero e Número, 05 junho 2019. Disponível em:<<http://www.generonumero.media/terreiros-na-mira/>>. Acesso em 02 maio 2020.

## 5. 1 – O MOVIMENTO EUGENISTA E A MISCIGENAÇÃO

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar (ALMEIDA,2019, p.54). Foi através dela que o movimento eugenista disseminou o racismo mascarado pela mesma, no final do século 19. A eugenia, que significa “bem nascido”, surge com Francis Galton – primo de Charles Darwin - em 1883. Ele acreditava que a teoria da evolução das espécies de Darwin e da seleção natural também se aplicavam a seres humanos e tentou, a partir dela, comprovar que capacidades intelectuais e características inatas como a pobreza eram hereditárias, justificando assim a exclusão de raças não hegemônicas da sociedade, reiterando a superioridade branca.<sup>8</sup>

Com o nascimento das primeiras metrópoles, o país se depara com epidemias causadas pelo acúmulo de sujeira desses locais. Porém, a ideia de que o problema era causado pelo escravizado recém-liberto foi propagada, o que incentivou a criação do movimento sanitaria que, além de tentar solucionar os problemas sanitários dos centros urbanos, também discutia a “higiene social” numa vertente eugenista.<sup>9</sup>

Em 1911, o Congresso Mundial das Raças acontece na Universidade de Londres. Dr. João Batista de Lacerda, representante do Brasil neste congresso, trata a miscigenação do Brasil como um processo de branqueamento da população mestiça. Ele escreve: “no espaço de um século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a ter um movimento eugênico organizado com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918. O movimento eugenista que teve suas ideias amplamente difundidas dentro das academias de medicina também se utiliza da comunicação como instrumento de propagação de suas ideias no país, com a criação do Jornal Boletim da Eugenia (1929-1933). Em 1931, cria-se a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), que tinha como uma de suas principais propostas o fim da imigração de não-brancos.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Thiago. “O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar”. Portal Geledés, 16 de setembro de 2017. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>>. Acesso em: 23 de setembro

<sup>9</sup> FERREIRA, Thiago. “O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar”. Portal Geledés, 16 setembro de 2017. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>>. Acesso em: 23 de setembro

<sup>10</sup> SANTOS, Alê. “Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil”. Super interessante, 19 novembro 2019 Disponível em: <<https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, ‘fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias.’ Gobineau predisse que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria completamente. (NASCIMENTO, 1978, p.70)

Essas tentativas de alcançar “a raça perfeita” a partir da supremacia branca e do embranquecimento do povo negro causam, mais uma vez, um rompimento identitário do negro com suas raízes, através da miscigenação, resultando no que hoje conhecemos como “colorismo”. O colorismo é um termo cunhado pela escritora Alice Walker em 1972, que explica a hierarquia entre indivíduos negros baseada em seu tom de pele e seus fenótipos negroides.<sup>11</sup> Segundo essa teoria, quanto mais negra é a cor da pele e quanto mais fenótipos negroides (cabelo crespo, nariz largo, lábios grossos, estrutura óssea) o sujeito carrega consigo, mais racismo ele está sujeito a sofrer. Por outro lado, quanto mais miscigenado esse sujeito for, mais passibilidade<sup>12</sup> ele tem na sociedade.

O conceito de colorismo já era utilizado na época escravocrata nas fazendas senhoriais, no “processo de mulatização apoiado na exploração sexual da negra” (NASCIMENTO, 1978, p.69). Os escravizados nascidos desses estupros recebiam tarefas menos árduas por carregarem consigo os traços dessa miscigenação. Novamente, as mulheres negra e “mulata” eram as que mais sofriam, deixando consequências estruturais para mulheres negras até os dias atuais.

Por ser um processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. (ALMEIDA, 2018, p.52)

Olhar para a história de formação da sociedade brasileira dentro do debate racial, é fundamental para compreender o contexto do Brasil atual, uma vez que, é através desse exercício que os fatos omitidos pela própria história são revelados. Compreender o racismo brasileiro passa fundamentalmente por essa história que ajudou a construir as

---

<sup>11</sup>SILVA, Gabriele de Oliveira. “As não brancas – Identidade racial e colorismo no Brasil”. Portal Geledés, 18 março 2020 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-nao-brancas-identidade-racial-e-colorismo-no-brasil/>>. Acesso em 25 setembro de 2020.

<sup>12</sup> O uso da palavra “passibilidade” aqui empregada no lugar da palavra “privilegio” comumente usada no debate sobre colorismo, se justifica uma vez que, no Brasil, não existe privilegio em ser negro independente de seu tom de pele.

estruturas que alicerçam o cenário de desigualdade racial característico do país. Pode ser cruel, porém necessário para assimilar que o racismo é igualmente cruel e atravessa o conceito temporal, ou seja, ele não é um problema que surge na atualidade, mas um problema estrutural.

## **6 – O RACISMO NAS ESTRUTURAS BRASILEIRAS**

Almeida (2018) afirma que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, perpassa os corpos e nega privilégios a um grupo de indivíduos. Com base nessa mesma raça, Gomes (2005) se fundamenta na dimensão social e política do referido termo. Muitos estudiosos levantam a teoria de que, no contexto brasileiro, o racismo foi mais brando do que em outros países, já que algumas nações tiveram revoltas e movimentações em torno dos direitos civis como nos Estados Unidos. Ainda para Gomes (2005), no Brasil, esse tipo de racismo também existe, mas geralmente é camuflado pela mídia.

Durante a formação social, o Brasil negou aos afro-brasileiros subsídios para a evolução econômica e social do povo negro, principalmente através da escravidão e do pós-escravidão. É preciso compreender os processos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais que fundamentam a sociedade brasileira como a conhecemos hoje. Olhar para construção das estruturas da nossa sociedade nos permite ter uma inteligibilidade das dinâmicas sociais contemporâneas, além de acrescentar os marcadores de raça e racismo, o que nos leva a compreender como essas dinâmicas são aplicadas. Para Ribeiro (2019, p.9), reconhecer o racismo no Brasil “é, sobretudo, fazer um debate estrutural” ao confrontar sua formação econômica e política. Em outras palavras, é preciso olhar para o passado para compreender o futuro.

“O racismo é atemporal, ou seja, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para formas de desigualdade e violência que moldam a vida social independente do tempo” (ALMEIDA, 2018; p.16). No Brasil Colônia, o negro na condição de escravo colhe a perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político (MBEMBE, 2018). De acordo com Mbembe (2018, p.27), “essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social”. “No pós-abolição, o negro continuou o escravo do desemprego, do subemprego, do crime, da prostituição, e, principalmente, o escravo da fome; escravo de todas as formas de

desintegração familiar e da personalidade” (NASCIMENTO, 1978, p.177) Para Gonzales (1988, p.15), sociólogos silenciam os estudos sobre negros no pós-abolição, contribuindo para a invisibilidade deste segmento social, mesmo com pesquisas que mostram os números alarmantes envolvendo a população negra brasileira.

O Brasil é um país racista. Como afirma Munanga em entrevista ao Carta Maior em 2019<sup>13</sup>, “o racismo brasileiro não é o pior, nem o melhor, mas ele tem as suas peculiaridades e algumas delas são o apagamento e o silenciamento de suas dores históricas”. Um reflexo disso foi uma pesquisa sobre preconceito de cor feita pelo Datafolha em 1995<sup>14</sup>. De acordo com o levantamento, 87% dos pesquisados não-negros manifestam algum preconceito ao responder o questionário, mas só 10% enxergam preconceito naquilo que fazem. Para Ribeiro (2019), não podemos combater o que não tem nome.

O assassinato de George Floyd<sup>15</sup> em maio de 2020, nos Estados Unidos, causou comoção coletiva em todo o mundo. O fato repercutiu nas redes sociais e inflamou protestos contra a violência policial na cidade de Minneapolis, no estado do Minnesota, se alastrando por todo o país norte americano. No Brasil, o impacto do ocorrido também se fez presente nas redes sociais de pessoas negras e brancas. Em uma entrevista para a BBC em junho de 2020<sup>16</sup>, Djamila Ribeiro afirma que no "racismo à brasileira" temos "tendência de olhar pra fora e não enxergar o que acontece no Brasil". Um caso parecido ao de George Floyd aconteceu em fevereiro de 2019, quando Pedro Gonzaga, jovem negro de 19 anos, foi sufocado até a morte por um segurança da rede de supermercados Extra, em uma zona nobre do Rio de Janeiro. Apesar de ter causado protestos em pelo menos seis cidades do país, o caso teve uma repercussão muito menor, principalmente entre pessoas brancas.

---

<sup>13</sup> MILENA, Lilian. **Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil**. Carta Maior, 15 maio 2019. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091](http://www.cartamaior.com.br/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091)>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

<sup>14</sup> RODRIGUES, Fernando, “Datafolha revela o brasileiro”. Folha – Cadernos Especiais 25 junho 1995 Disponível em:< [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno\\_especial/2.html](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/25/caderno_especial/2.html)>. Acesso em 20 junho 2020

<sup>15</sup> Homem negro assassinado por sufocamento, por um policial branco.

<sup>16</sup> ALEGRETTI, Laís. “Racismo no Brasil: todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista, diz Djamila Ribeiro”. BBC, 5 junho 2020 Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52922015>> Acesso em 20 junho 2020.

“O racismo brasileiro, é caracterizado por uma aparência mutável, polivalente, que o torna único; todavia, para enfrentá-lo, é necessário travar a luta presente em todo e qualquer combate antirracista e anti-genocida” (NASCIMENTO, 1978, p.136). É esse mesmo racismo que gera um caráter quase determinante à população negra no Brasil. O Atlas de Violência de 2019, feito pelo IPEA, constatou mais uma vez a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições. O índice de vulnerabilidade juvenil à violência de 2017 constatou que a chance de um jovem negro morrer assassinado é maior do que a de um jovem branco em 24 unidades da federação brasileira. O estudo também mostrou que, entre 2005 e 2015, a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%. Estes e outros documentos vêm denunciando, ano após ano, o genocídio sistêmico e silencioso que a população negra tem sofrido. Contudo, apesar das inúmeras denúncias e estudos que escancaram a realidade brasileira, esses números não sofrem baixas há anos – pelo contrário, só crescem.

Reconhecer a existência dessa dimensão da desigualdade que tão profundamente estrutura nossa sociedade e nosso Estado é essencial para enfrentá-la. E reconhecer que ela se manifesta e se expressa em diferentes níveis, a partir de diferentes mecanismos, também é fundamental para avançarmos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária (GUIA DO ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL – ONU MULHERES, 2013).

Munanga (2003, p.9) reconhece que “o racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade, que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo.” É necessário interligar essas práticas às várias camadas da sociedade, pois só dessa forma, revendo como esse fenômeno se manifesta nas diversas estruturas da sociedade brasileira, pode-se combatê-lo efetivamente, levando-se em conta o seu caráter mutável de se apresentar nessas múltiplas estruturas.

## **7 - EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Diante da realidade racial do Brasil, é preciso pensar em estratégias de alteração dessas estruturas de segregação, e ainda, de romper com discursos e tomadas de ação que corroboram e conservam desigualdades no país. Porém, as mudanças sociais só serão efetivas, uma vez que toda a sociedade, em sua diversidade de tons e etnias

entendam a importância deste debate e como ele age de forma nociva para grupos minoritários, matando, segregando e discriminando.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça o indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018, p.52)

O racismo no Brasil se apresenta de várias formas. Há um equívoco no inconsciente coletivo de que esse crime sempre se manifesta pela via da agressão física e/ou verbal explícitas. Porém, a prática racista está muito mais camuflada nas ações cotidianas do que se pensa. Da mesma forma que o preconceito racial se apresenta em diferentes níveis das camadas sociais, ele também recebe diferentes nomenclaturas e classificações, dentro de seu exercício, nessas mesmas camadas.

O “racismo religioso”, por exemplo, é a manifestação do racismo contra religiões não hegemônicas. E, aqui, pode-se fazer um recorte para as religiões de matrizes africanas no Brasil, que são os principais alvos de perseguição e violência<sup>17</sup> como explanado anteriormente. O “racismo recreativo” é a expressão do preconceito em forma de humor e disfarçado de “piadas” e “brincadeiras”, frequentemente usado em programas humorísticos nos meios de comunicação. Moreira (2016) indica que, “para muitos brasileiros, o humor é uma forma aceitável de racismo. O problema é que o humor, é um tipo de mensagem e todas as mensagens exprimem ideias e valores. Piadas racistas refletem a moralidade de uma sociedade”.<sup>18</sup> Já o “racismo ambiental”, termo cunhado por Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., em 1981 em suas investigações entre a relação de resíduos tóxicos e a população negra norte-americana, “é a discriminação racial no direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e

---

<sup>17</sup>JeffersonPuff, “Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?”.BBC , 21 de janeiro de 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120\\_intolerancia\\_religioes\\_africanas\\_jp\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm)>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

<sup>18</sup> “Racismo recreativo | Adilson José Nogueira”. Uol, 17 novembro 2016. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/videos/cabine/racismo-recreativo-adilson-jose-moreira/>>. Acesso em 27 de junho de 2020.

perigosos”<sup>19</sup>, segundo sua própria definição. Sendo assim, percebe-se que o fenômeno racista se esgueira pelas camadas sociais, encontrando novas maneiras de manifestação.

O racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2018)

Há ainda uma forma muito conveniente de reforçar a manutenção desse fenômeno: a omissão. Para Nascimento (1978, p.137), “o silêncio equivaleria ao endosso e aprovação desse criminoso genocídio”. Com estatísticas que apontam a seriedade do tema racial no Brasil, inúmeras manifestações sistêmicas do racismo no tecido social brasileiro, e ainda, com quase 56% da população do país sofrendo, “a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas” (RIBEIRO, 2019, p.13). Assim sendo, é necessário um trabalho coletivo de construção de novas estruturas através da percepção antirracista.

A educação antirracista é, portanto, uma maneira de compreender a demonstração do racismo na sociedade e estabelecer ferramentas para combatê-lo coletivamente. Trata-se de um esforço em reeducar toda uma sociedade, retirando os vieses preconceituosos da perspectiva do imaginário coletivo e individual. Visto isso, negros e brancos podem chegar a conclusões igualitárias. Uma sociedade onde grupos raciais hegemônicos negam privilégios em detrimento de outros minoritários não-hegemônicos, e estes, conscientes racialmente, não reproduzem discursos discriminatórios, é uma sociedade antirracista.

Parece utópico imaginar que uma sociedade fundamentada na escravidão possa um dia ser igualitária e antirracista, afinal, foram quase 400 anos de escravização. E hoje, 132 anos após a abolição, as sequelas desse fato se perpetuam. Reconhecer isso é aprovar que foram quase 400 anos de “construção” das estruturas raciais brasileiras, tal como conhecemos hoje. De fato, o trabalho de desconstrução de quatro séculos de história seria árduo. Souza (2017, p.17) elucida ser necessário

---

<sup>19</sup> RIBEIRO, Stephanie. “Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto?”. Portal Geledés, 15 outubro 2019. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/>>. Acessado em: 27 de junho de 2020.

“reconstruir uma totalidade alternativa que desconstrua o culturalismo racista conservador e reconstrua a sociedade brasileira em um sentido novo e crítico”. O que a luta antirracista propõe não é o apagamento da história e, sim, um olhar crítico para ela, mapeando suas consequências na atualidade, para que os erros do passado, enfim cessem a interferência no presente e nas próximas gerações.

O processo, segundo Ribeiro (2019), envolve uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo. Implica também perceber que mesmo quem busca ativamente a consciência racial já compactuou com a violência contra grupos oprimidos. Esse movimento ainda envolve mecanismos que interrompam o discurso racista impregnado no vocabulário, atitudes, afetos, meios de comunicação e relações interpessoais. Além disso, abrange políticas de ações afirmativas que corroboram para a quitação da dívida histórica do Estado com afrodescendentes e outros grupos raciais não-hegemônicos<sup>20</sup>. E, por fim, um compromisso ético e moral do Estado para com o cenário de desigualdade racial do país em todas as suas estruturas.

## **8 - DESCRIÇÃO DE PRODUTO**

O presente trabalho tem como proposta o desenvolvimento de um documentário audiovisual reflexivo – poético sobre racismo estrutural. A composição narrativa conta com entrevistas de especialistas dentro do debate racial brasileiro, trazendo não só suas perspectivas como profissionais, mas também como indivíduos negros. Além disso, conta com imagens poéticas que tentam capturar a subjetividade do indivíduo negro em uma sociedade estruturalmente racista.

O roteiro foi construído em três atos. O primeiro, tem como objetivo explanar sobre a existência do racismo nas dinâmicas sociais brasileiras fazendo um panorama histórico, social, político, penal e econômico, com a contribuição do mestre em história e cultura, Adelci dos Santos; a jornalista, Pamela Machado e o advogado, Celso Reis. O segundo ato fomenta sobre a discussão do racismo nas estruturas brasileiras, bem como suas formas dinâmicas de se apresentar, com a contribuição do artista e graduando em museologia, André Ribeiro; a graduanda em letras, Marcela Maria; a pesquisadora Karina Vieira e, novamente, com o advogado Celso Reis e a jornalista Pamela Machado. O terceiro e último ato, chama a atenção para a falta de

---

<sup>20</sup> Destaca-se aqui o grupo indígena

representatividade de indivíduos negros em espaços de liderança e tomadas de decisão, sobretudo na mídia, e como esta ausência de indivíduos negros contribui para o apagamento da produção e de narrativas negras, fruto do racismo estrutural. Explica ainda, sobre como alcançar esses espaços e romper com o epistemicídio. O ato conta, novamente, com a contribuição dos entrevistados do ato anterior.

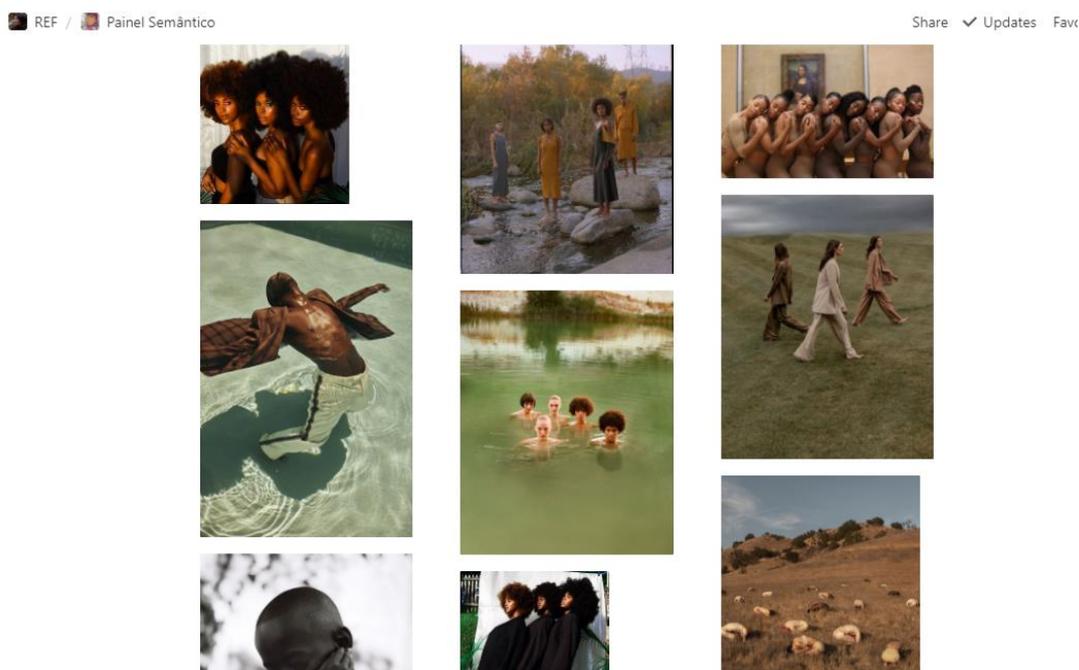
Todas as gravações de entrevistas foram feitas remotamente em função da necessidade de isolamento social. Apenas das intervenções artísticas terem sido gravadas *in loco*, porém respeitando as normas de biossegurança recomendadas para o período de gravações. Por conta das variações naturais de conectividade durante as entrevistas online, foi utilizado a sobreposição por incerts para minimizar as falhas de conexão. Os recursos de cortes utilizados foram o *Hard Cut* e o *Cutaway* durante os inserts. Para a edição, foram utilizados *overlayers red light's* para dinamizar as transições. A duração do documentário é de 25'04'' e foi finalizado no formato Full HD.

## **9 - DESCRIÇÃO DE PROCESSO DE CRIAÇÃO**

Durante o primeiro semestre de 2020, o pré-projeto foi desenvolvido culminando na especificação da pergunta problema, tema, objetivos gerais e específicos, justificativa, introdução, metodologia, parte do referencial teórico, bem como o levantamento bibliográfico que sustenta o referencial teórico deste trabalho. Ao ser apresentado à banca avaliadora, o pré-projeto teve sua relevância validada e aprovada para prosseguir.

Durante os meses de agosto e setembro de 2020, foi levantada a pré-produção do produto audiovisual. O primeiro passo foi levantar uma base de referências sonoras e visuais compiladas na ferramenta de gerenciamento "Notion". Em seguida, um painel semântico foi montado para decidir elementos estéticos, indumentária, locações e paletas de cores.

Figura 1 – Painel Semântico



Com a estética visual decidida, deu-se início à escrita do roteiro, feito de forma interativa, utilizando as mesmas imagens, vídeos e sons levantados na etapa de ideação do projeto. Como explanado anteriormente, o documentário foi dividido em três atos: no primeiro ato é discutido, a partir de um panorama histórico, aspectos políticos, econômicos e sociais que ajudaram a estruturar o racismo na sociedade brasileira; já no segundo ato é proposto um debate, a partir de um olhar crítico, sobre as consequências do racismo estrutural; o terceiro ato finaliza o debate explanando sobre a importância de novas narrativas decoloniais sobre o debate racial no Brasil. A divisão em três atos se justifica na tentativa de conduzir o pensamento do espectador de uma forma mais fluida.

Na primeira quinzena de setembro, profissionais das áreas de história, museologia, artes, comunicação, produção audiovisual, política, direito e letras foram contatados e convidados para as entrevistas, posteriormente marcadas. Também na primeira quinzena, foi solicitado o orçamento de captação de imagens e sons à produtora audiovisual Viana Filmes, com quem foi fechada a contratação. Na segunda quinzena de setembro foram realizadas as primeiras entrevistas, com a jornalista e assessora de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Pamela

Machado; com a ativista, podcaster, pesquisadora e comunicóloga Karina Vieira; com o mestre em história e cultura Adelci dos Santos; com a graduanda em letras Marcela Maria; com o graduando em museologia e artista André Ribeiro; e com o doutor em comunicação audiovisual, advogado e professor Celso Reis. Para as entrevistas, feitas de forma remota pelo Skype devido à pandemia de COVID-19, foram utilizadas câmera dslr Canon T5, lente Canon 10-18 mm, lente Canon 50 mm, gravador Tascam Dr-05, lapela Boya By-m1, kit softbox Greika, computador Acer Aspire 3 e Smart TV Samsung 40”.

Durante o mês de novembro o nome do documentário foi escolhido: “Banzo”, (do quimbundo mbanza, “aldeia”) que era como se chamava o sentimento de melancolia e a aversão à privação da liberdade praticada contra o negro-africano escravizado no Brasil. O nome tenta retratar esse mesmo sentimento de melancolia atual que acomete o negro brasileiro, vítima do racismo estrutural. Também no mês de novembro, foi decidida a trilha sonora que, através de mensagens quase subliminares, ajuda a compor o presente trabalho. Dentre elas está a introdução da primeira versão da música “A Carne” de Elza Soares, um beat rap boom bap da música “Misunderstood” da cantora Nina Simone, um trecho de um discurso do professor Abdias Nascimento e uma ladainha cantada por Mestre Moa do Katendê.

O número “XXIII” presente na montagem do documentário, faz referência à estatística das vigentes mortes de jovens pretos a cada 23 minutos no país. As cores terrosas fazem referência à tonalidade da pele negra. A montagem conta ainda com a inserção de fotografias jornalísticas e históricas, obras de arte e vídeos de arquivo e da internet.

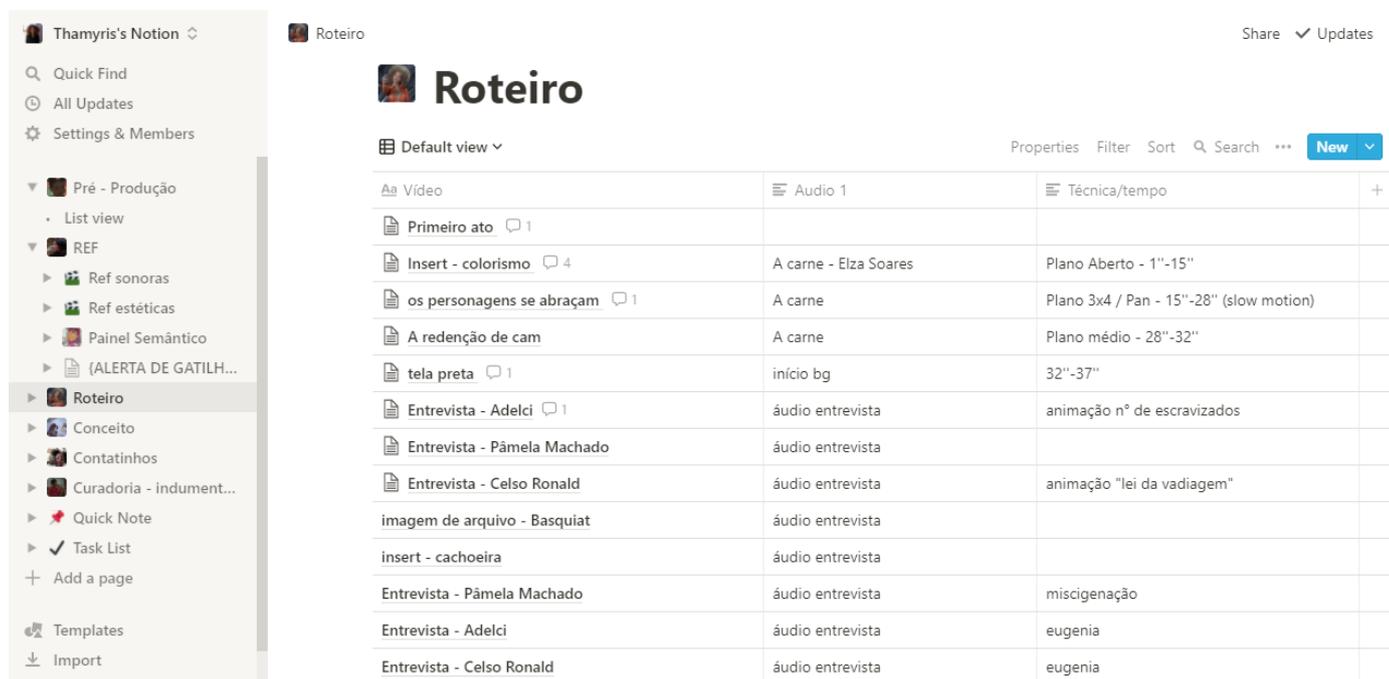
## **10 - SINOPSE**

Banzo é um documentário reflexivo poético sobre como o racismo afeta indivíduos negros estruturalmente na sociedade brasileira. Faz um panorama histórico sobre os alicerces e dinâmicas sociais que contribuíram para a construção dessa estrutura de dominação e subalternização de indivíduos negros. Retrata a importância da democratização de acessos às novas narrativas decoloniais, rompendo com o epistemicídio e o apagamento histórico de povos não hegemônicos, com ênfase na população negra brasileira. O documentário conta com o protagonismo de indivíduos negros, desde a produção; até a contribuição dos atores sociais, porém, se trata de uma discussão que, assim como a solução para esse

problema, necessita do diálogo e aporte de todos, pois é a partir da coletividade e o respeito às diferenças que uma sociedade mais igualitária é construída.

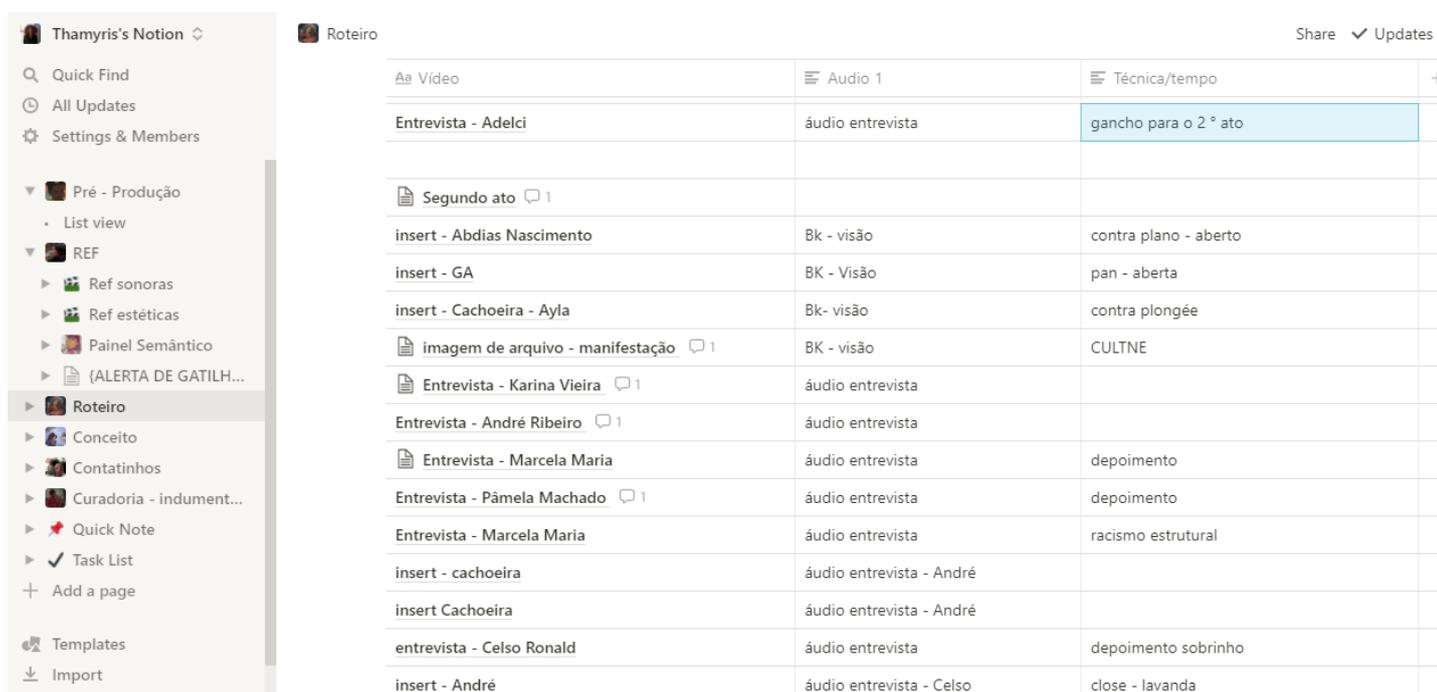
## 11 – ROTEIRO INTERATIVO

Figura 2 – Roteiro interativo



Vídeo	Audio 1	Técnica/tempo	
Primeiro ato			
Insert - colorismo	A carne - Elza Soares	Plano Aberto - 1"-15"	
os personagens se abraçam	A carne	Plano 3x4 / Pan - 15"-28" (slow motion)	
A redenção de cam	A carne	Plano médio - 28"-32"	
tela preta	início bg	32"-37"	
Entrevista - Adelci	áudio entrevista	animação n° de escravizados	
Entrevista - Pâmela Machado	áudio entrevista		
Entrevista - Celso Ronald	áudio entrevista	animação "lei da vadiagem"	
imagem de arquivo - Basquiat	áudio entrevista		
insert - cachoeira	áudio entrevista		
Entrevista - Pâmela Machado	áudio entrevista	miscigenação	
Entrevista - Adelci	áudio entrevista	eugenia	
Entrevista - Celso Ronald	áudio entrevista	eugenia	

Figura 3 – Roteiro interativo



Vídeo	Audio 1	Técnica/tempo	
Entrevista - Adelci	áudio entrevista	gancho para o 2° ato	
Segundo ato			
insert - Abdias Nascimento	Bk - visão	contra plano - aberto	
insert - GA	BK - Visão	pan - aberta	
insert - Cachoeira - Ayla	Bk- visão	contra plongée	
imagem de arquivo - manifestação	BK - visão	CULTNE	
Entrevista - Karina Vieira	áudio entrevista		
Entrevista - André Ribeiro	áudio entrevista		
Entrevista - Marcela Maria	áudio entrevista	depoimento	
Entrevista - Pâmela Machado	áudio entrevista	depoimento	
Entrevista - Marcela Maria	áudio entrevista	racismo estrutural	
insert - cachoeira	áudio entrevista - André		
insert Cachoeira	áudio entrevista - André		
entrevista - Celso Ronald	áudio entrevista	depoimento sobrinho	
insert - André	áudio entrevista - Celso	close - lavanda	

Figura 4 – Roteiro interativo

Video	Audio 1	Técnica/tempo
insert - André	áudio entrevista - Celso	close - lavanda
entrevista - Marcela Maria	áudio entrevista	estereótipo
entrevista - André Ribeiro	áudio entrevista	
insert - GA	áudio entrevista - André	
Terceiro ato 1		
tela preta	som fita k7	2"
Insert - casal negro 6	Beat Rap Nina Simone - Missunderstoo	3x4 -
sequencias de imagem acompanhando a trilha	Missunderstood	
Fuga do Alemão - Insert 2	Missunderstood	reprodução Globo
imagem de arquivo - 80 tiros 2	Missunderstood	reprodução internet
Insert - GA 2	Missunderstood	dolly in
insert - cachoeira	Missunderstood	3x4
insert - André	Missunderstood	plano conjunto com flor pegando fogo
imagem de arquivo - Beatriz Nascimento	áudio entrevista	
Entrevista - Celso Ronald	áudio entrevista	representatividade

Figura 5 – Roteiro interativo

Video	Audio 1	Técnica/tempo	
imagem de arquivo - Beatriz Nascimento	áudio entrevista		
Entrevista - Celso Ronald	áudio entrevista	representatividade	
Entrevista - Karina Vieira	áudio entrevista		
Entrevista - André Ribeiro 2	áudio entrevista		
Entrevista - Marcela Maria 1	áudio entrevista		
Insert - GA 1	áudio entrevista - Marcela	dolly in	
entrevista Karina Vieira	áudio entrevista		
imagem de arquivo Nina Simone 1	entrevista nina	(1')	
CRÉDITOS			
+ New			

COUNT 52

## 12 - ORÇAMENTO

### 12.1 - ORÇAMENTO IDEAL

#### ORÇAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CLIENTE: Thamyris Duarte Leal, Cachoeira Paulista - SP

<p><b>Gravação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmera Canon T5</li> <li>• Lente Canon 10-18 mm</li> <li>• Lente Canon 50 mm</li> <li>• Gravador Tascam Dr-05</li> <li>• Lapela Boya By-m1</li> <li>• Kit softbox Greika</li> <li>• Lâmpada fluorescente base E-27</li> <li>• Cartão de memória Kingston 32 gb</li> </ul> <p><b>Valor: R\$ 8.113,65</b></p> <p><b>Diária da equipe:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção/Produção: R\$ 750,00</li> <li>• Ajudante de produção: R\$300,00</li> </ul> <p><b>*Em caso de atrasos nas gravações, há o acréscimo de R\$100,00</b></p> <p><b>Edição: R\$650,00</b></p> <p><b>Valor Total: R\$ 9.813,65</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Viana Filmes</b>  <b> Lorena, São Paulo</b></p>
---

## 12.1.2- ORÇAMENTO REAL

<b>Livros</b>	<b>R\$00,00*</b>
<b>Revisão ortográfica</b>	<b>R\$150,00</b>
<b>Filmagens Terceirizada</b>	<b>R\$ 500,00</b>
<b>Notebook Acer Aspire 3</b>	<b>R\$ 3.269,90</b>
<b>Canon T5</b>	<b>R\$ 3.700,00</b>
<b>Lente Canon 10-18 mm</b>	<b>R\$ 1.622,00</b>
<b>Lente Canon 50 mm</b>	<b>R\$ 749,90</b>
<b>Gravador Tascam Dr-05</b>	<b>R\$ 872,00</b>

<b>Lapela Boya By-m1</b>	<b>R\$119,00</b>
<b>Kit softbox Greika</b>	<b>R\$858,00</b>
<b>Cartão de memória Kingston 32 gb</b>	<b>R\$92,75</b>
<b>Smart TV Sansung 40''</b>	<b>R\$1.629,99</b>
<b>Total</b>	<b>R\$13.563,54</b>

\*Material doado

### **13 – PÚBLICO-ALVO**

Este produto tem por objetivo atingir um público interessado no debate racial brasileiro, nas dinâmicas do racismo estrutural e no debate sobre produções e saberes decoloniais. O presente trabalho se destina a jovens e adultos entre 15-35 anos, de todas as identidades de gênero, raças, etnias e classes sociais.

### **14 – VIABILIDADE DE EXIBIÇÃO**

O presente produto foi elaborado para ser exibido em plataformas digitais, com objetivo de utilizar a acessibilidade e alcance das redes com intuito de promover o a democratização do debate amplamente; em emissoras de cunho educativo, uma vez que se propõe ao debate racial brasileiro, com o auxílio de professores que tentam resgatar o passado e observar o presente de forma mais autêntica; e festivais e mostras de cinema documental, uma vez que se propõe a ampliar o debate sobre a construção de novas narrativas com protagonismo negro.

### **15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve por finalidade realizar um documentário audiovisual sobre racismo estrutural, partindo do reconhecimento da existência do problema racial na sociedade brasileira, através das entrevistas com especialistas concedidas para este documentário. A partir do protagonismo negro presente desde a produção, até a contribuição dos atores sociais e o elenco, foi possível apresentar novas narrativas negras de caráter autoral, rompendo com o apagamento de produções não hegemônicas.

Durante a pesquisa bibliográfica foi possível reconhecer que o Brasil carrega resquícios estruturais da época escravocrata, o que acarreta na subalternização do indivíduo negro em diferentes camadas do tecido social. Uma delas, a mídia, contribui não somente para a falta de inclusão e representatividade negra, como também na manutenção de narrativas hegemônicas, empobrecendo a democratização dos discursos e o acesso às formas de produção de narrativas. Neste interim, a pergunta problema é respondida, através do documentário e da parte teórica deste trabalho ao se indagar como o racismo age estruturalmente no Brasil, uma vez que o fenômeno se utiliza de seu caráter mutável e atemporal de se apresentar nas dinâmicas sociais do país, desde a escravidão.

Durante a produção deste trabalho, muitos foram os obstáculos encontrados. A começar pela pandemia de COVID-19 que inviabilizou alguns planos pensados para a produção do documentário, mas também causou um grande impacto psicológico e emocional devido o isolamento social e toda a problemática política e sanitária que todos ainda enfrentam. Outro obstáculo encontrado durante a produção deste trabalho, foi produzir um material sobre racismo estrutural concomitante aos atravessamentos do racismo, o que muitas vezes, se tornou um embargo para o processo de produção, ou até para a conclusão do presente trabalho. Ademais, as mortes de crianças, jovens e adultos negros, assassinados durante a produção deste trabalho acadêmico que ainda não viu seus frutos concretos na sociedade brasileira.

Conclui-se que é necessário a promoção de uma reflexão mais assertiva e horizontal sobre o racismo estrutural e a falta de acesso de indivíduos negros em espaços de tomada de decisão e produção de narrativas. Com essa pesquisa, é possível compreender que não será esse documentário, ou qualquer outro tipo de comunicação que conseguirá, sozinho, mudar essa realidade, que lida com crenças, culturas e práticas com raízes profundas. Apesar disso, este documentário não se exime de cumprir a sua parte dentro do todo, já que a mudança dessas estruturas se fará de forma consciente e coletiva, aguardando que mais e mais produções possam, passo a passo, ocupar espaços e contribuir para despertar uma novo olhar para a temática racial do país.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, S. L. D. **O que é racismo estrutural?**. 1ª ed. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARAÚJO, Joel Zito de. **In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa214998/joel-zito-de-araujo>>. Acesso em: 28 de Jun. 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA DE 2019 - IPEA E FBSP

BOLETIM GEEMA – GRANDE PRÊMIO DO CINEMA BRASILEIRO 2002-2007. GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA UERJ

BORGES, Roberto Carlos da Silva, BORGES, Rosane. *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

CANDIDO, Marcia, JR., João Feres e VIEIRA, Lidiane, **Infográfico: negros nos jornais brasileiros**. Manchetômetro, 20 novembro 2019. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/infograficos/2019/11/20/negros-nos-jornais-brasileiros/>>. Acessado em: 28 de junho de 2020.

CARMO, Beatriz. **A pobreza brasileira tem cor e é preta**. Nexo. 18 novembro 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>> Acesso em: 30 de junho de 2020.

CHADE, Jamile. **Racismo é ‘estrutural e institucionalizado no Brasil’ diz ONU**. Estadão, 12 setembro 2014. Disponível em; <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,racismo-e-estrutural-e-institucionalizado-no-brasil-diz-a-onu,1559036>> Acesso em 02 de abril 2020.

CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS - RELATOR SENADOR LINDBERGH FARIAS 2016.

FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus e ZANDONADE, Vanessa. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**. 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.pdf>> Acesso em abril de 2020.

FERREIRA, Thiago. **O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar**. Portal Geledés, 16 de setembro de 2017. Disponível

em:<<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>> . Acesso em: 23 de setembro 2020

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, 2005 - Coleção para todos.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Revista Isis Internacional. 08 de outubro de 1988.

**Guia de enfrentamento do racismo institucional** - Realização: Geledés – Instituto da Mulher Negra, com o apoio do Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2020.

*Institute for Cultural Diplomacy*. Disponível em: <<http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en>>

MBEMBE, Achille. **Necropolítica biopoder, soberania, estado de exceção, política e morte** - 2003 - Tradução Renata Santini

MELO, C. T. V. DE. **O documentário como gênero audiovisual**. Comunicação & Informação, v. 5, n. 1/2, 13 maio 2013.

MILENA, Lilian. **Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil**. Carta Maior, 15 maio 2019. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091](http://www.cartamaior.com.br/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091)>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. In: Cadernos Anped – 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do povo brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra S/A - Rio de Janeiro 1978.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005a.

NOGUEIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. Uol, 17 novembro 2016. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/videos/cabine/racismo-recreativo-adilson-jose-moreira/>>. Acessado em 27 de junho de 2020. ONU. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/>> Acesso em 02 de abril de 2020.

PUFF, Jefferson. **Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?**. BBC 21 de janeiro 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120\\_intolerancia\\_religioes\\_africanas\\_jp\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm)>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

#### PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD) -IBGE

KILOMBA, Grada, 2019. Memórias da Plantação – Episódios do racismo cotidiano

ROUBICEK, Marcelo. **A desigualdade racial no mercado de trabalho em 6 gráficos**. Nexo, 13 novembro 2019. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/13/A-desigualdade-racial-do-mercado-de-trabalho-em-6-gr%C3%A1ficos>> Acesso em: 02 abril 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. O que é documentário?. UNICAMP 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf>> Acesso em: 30 de junho de 2020.

RIBEIRO, Stephanie. “Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto?”. Portal Geledés, 15 outubro 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/>>. Acessado em: 27 de junho de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. – 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Alê. “O apaiio da imprensa no projeto eugenista das elites brasileiras”. Vice, 13 de maio de 2020. Disponível em:

<[https://www.vice.com/pt\\_br/article/8899gz/o-apoio-da-imprensa-brasileira-no-projeto-eugenista-das-elites-brasileiras](https://www.vice.com/pt_br/article/8899gz/o-apoio-da-imprensa-brasileira-no-projeto-eugenista-das-elites-brasileiras)>. Acessado em: 28 de junho de 2020.

SANTOS, Alê. **Racismo disfarçado de ciência: como foi a eugenia no Brasil**. Super interessante, 19 de novembro 2019 Disponível em: <<https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarçado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/>>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

SANTOS, Richard. **Branquitude e televisão [recurso eletrônico]: a nova África (?) na tv pública**. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Gramma, 2018.

SOUSA, Fabiana Melo; OLIVEIRA, C. I. C. D. **Documentários e impacto social: reflexões sobre a produção e o uso**. XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, set/2013.

SOUSA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TV CULTURA. **Uma conversa sobre documentários - formatos, linguagens e estilos** Disponível em: <[https://tvcultura.com.br/videos/31935\\_uma-conversa-sobre-documentarios-formatos-linguagens-e-estilos.html](https://tvcultura.com.br/videos/31935_uma-conversa-sobre-documentarios-formatos-linguagens-e-estilos.html)> Acesso em: 30 de junho de 2020.

TAHYRINE, Yalê. **Mídia negra: Conheça 5 blogs, sites e portais de comunicação antirracistas**. Brasil de Fato, 18 junho 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatope.com.br/2020/06/18/midia-negra-conheca-5-blogs-sites-e-portais-de-comunicacao-antirracistas>>. Acessado em: 28 de junho de 2020.

*The Trans Atlantic Slave Trade Database*. Disponível em:<<https://www.slavevoyages.org/>>.

## ANEXOS

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Adelci Silva dos Santos nascido(a) em 17 de fevereiro de 1969, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED] hermito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova Thamyris Duarte Leal, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

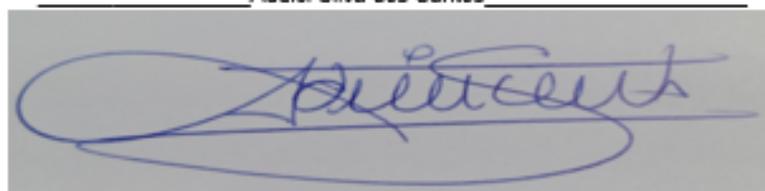
As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

Cachoeira Paulista, SP

Dia, 24 de novembro de 2020

Adelci Silva dos Santos



(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, André Ribeiro da Costa nascido(a) no Rio de Janeiro, portador do RG : [REDACTED] e CPF [REDACTED], permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

dia, 24 de novembro de 2020 .

André Ribeiro da Costa

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, André Felipe Salvado nascido(a) em 14/04/1994,, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED], permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

dia 24 de novembro de 2020

André Felipe Salvado

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, **Arlane Zaine Almeida dos Santos**, nascido(a) em Guaratinguetá, portador do RG **██████████**; CPF **██████████**, permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

27 de Novembro de 2020

Arlane Zaine Almeida dos Santos

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, Bianca Cristina Paulino, nascido(a) em Guaratinguetá, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED], permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

Potim, dia, 24 de novembro de 2020.

Bianca Cristina Paulino

---

(assinatura)

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Criso Ronaldo de Oliveira Reis nascido(a) em 15/03/1968, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED], permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova Thamyris Duarte Leal, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

Criso Ronaldo de Oliveira Reis dia 24 de setembro de 2020.

(assinatura)

**Dr. Criso Ronaldo de O. Reis**  
Advogado  
OAB / SP 418261

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, ~~Eu~~ Beatriz de Lima Souza nascido(a) em 02/06/2000, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED] permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

dia 20 de novembro de 2020

~~Eu~~ Beatriz de Lima Souza

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, Karina Vieira da Silva, nascido(a) em 10 de junho de 1984, portador do RG [REDACTED] CPF [REDACTED] permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2020.



---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

EU, **Leandra Isabela F Rocha** nascido(a) em **Belo Horizonte-MG**, portador do RG **██████████** e CPF **██████████**, permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

Guaratinguetá, 24 de novembro de 2020

Leandra Isabela F Rocha

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, **Marcela Maria da Silva** nascido(a) em **Cruzeiro,SP**, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED], permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115657 e CPF 14428770731, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

dia, 24 de novembro de 2020

Marcela Maria da Silva

---

(assinatura)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, **Maria Paula Silva** nascido(a) em 11/05/98, portador do RG [REDACTED] e CPF [REDACTED] permito e autorizo a título gratuito e definitivo o uso da minha voz e imagem, para fins de divulgação educacionais, à aluna da Faculdade Canção Nova **Thamyris Duarte Leal**, portadora do RG 29115857 e CPF 1442877073-1, constante em gravações.

As imagens e voz poderão ser exibidas parcial ou totalmente, em publicações, apresentações audiovisuais, divulgação em exposições e festivais, com ou sem premiações remuneradas nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet e em outras mídias futuras.

Por ser essa a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à minha voz e imagem ou a qualquer outro.

dia 24 de novembro de 2020 .

Maria Paula Silva

---

(assinatura)